

# Capistrano de Abreu e a reconstrução da Primeira Visitação Inquisitorial a Bahia pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça (1591-1595)

## Capistrano de Abreu y la reconstrucción de la Primera Visita Inquisitorial a Bahia por el licenciado Heitor Furtado de Mendonça (1591-1595)

**Alex Rogério Silva**

Mestrando em História e Cultura Social

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/*Franca*)

Bolsista do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

alex465@gmail.com

**Recebido em:** 28/10/2016

**Aprovado em:** 08/02/2016

**RESUMO:** O artigo visa elencar as reflexões de Capistrano de Abreu, dispostas no prefácio da obra “*Primeira Visitação do Santo Offício às Partes do Brasil: Confissões da Bahia - 1591-1592*”, tendo como pano de fundo o processo de escrita da história realizado no Brasil nos séculos XIX e XX.

**Palavras-Chave:** Escrita da História, Capistrano de Abreu, Inquisição na Bahia.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo enumerar las reflexiones de Capistrano de Abreu, dispuestas en el prefacio del libro “*Primera Visitación de Santa Officio Partes de Brasil: Bahia Confesiones - 1591-1592*”, con el telón de fondo del proceso de escritura de la historia que tuvo lugar en Brasil en los siglos XIX y XX.

**Palabras clave:** Historia de la Escritura, Capistrano de Abreu, Inquisición en Bahía.

### Introdução

No século XIX, o progressivo fascínio pela História levou muitos letrados, historiadores ou não, a se dedicarem à procura, coleta e análise crítica de inúmeros *corpus documentais* fazendo referência ao passado dos Estados, que naquele momento, estavam se formando ou proclamando

suas independências. Nesse sentido, escrever uma História concedendo a ela um “ar” nacional se fazia necessário na visão daqueles intelectuais de modo a constituir uma unidade de pertencimento, de memória e de identidade.

No Brasil, essa escrita ficou marcada, em um primeiro momento, pela atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que, segundo Arno Wehling, tinha por finalidade:

[...] definida em seu primeiro estatuto e, por tradição, repetida nos demais, era a de coligir informações dispersas por todo o Brasil, discutir questões de relevância para a história, a geografia e a administração do país e divulgar suas conclusões por meio de eventos e publicações.<sup>1</sup>

Um empreendimento de fôlego foi realizado por Francisco Adolfo de Varnhagen, tido por muitos como o “Heródoto Brasileiro”, que influenciou o fazer histórico através da metodologia de investigação documental. Sua obra, *História Geral do Brasil*, escrita em 04 tomos, de forma linear e cronológica, privilegiava a ação do Estado e estuda de forma desvinculada as relações sociais e econômicas. De acordo com José Carlos Reis, Varnhagen

[...] Foi um historiador oficial, um adulator dos poderosos e juiz severo das revoltas populares. A história, para ele, é feita pelos grandes homens, por reis, guerreiros e governadores, bispos e não pelos homens incultos. Foi à Casa de Bragança que construiu o Brasil íntegro, uno e independente.<sup>2</sup>

Em meio as transformações, variações de pensamento, concepções de identidade diversas, surge na cena da historiografia nacional, em fins do século XIX, João Capistrano de Abreu, com uma concepção diferente da até então dominante. Conquistou uma notoriedade entre os intelectuais brasileiros e foi reconhecido como “mestre” dos estudos históricos, geográficos e etnográficos.<sup>3</sup>

[...] Capistrano de Abreu nasceu em Maranguape, província do Ceará, no ano de 1853 e mudou-se para a cidade da Corte em 1875. Foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Nacional em 1879 e, quatro anos mais tarde, passou no concurso para professor do Colégio Pedro II, onde ministrou aulas de Corografia e História do Brasil. Em 1887 foi admitido como sócio efetivo do Instituto

---

<sup>1</sup> WEHLING, Arno. PERFIL INSTITUCIONAL: Unidade, Diversidade, Sociabilidade O IHGB nos seus 170 anos. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, no 1, p. 201-208, jan/jun 2009 – p. 202.

<sup>2</sup> REIS, José Carlos, *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, ed. FGV, 1999, p. 32.

<sup>3</sup> Conforme Ítala Byanca Morais da Silva, a Sociedade Capistrano de Abreu manteve suas atividades por 42 anos (de 1927 até 1969) e tinha por propósito prestar homenagem à memória de Capistrano. Esta se dedicou a conservar a biblioteca e o arquivo pessoal do historiador, editar e reeditar as obras do homenageado realizar concursos monográficos nas áreas às quais Capistrano se dedicava e também reconstruir materialmente a vida de seu patrono por meio de objetos pessoais, além disso, a realização de encontros anuais e homenagens póstumas. SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Historiografia e História Cultural: representações de Capistrano de Abreu na Historiografia Brasileira*. *Revista História em Reflexão*. Vol. 2 n. 4 – UFGD – Dourados jul/dez, 2008, p. 9.

Histórico Geográfico Brasileiro. Ele expressava suas ideias por meio da correspondência trocada com diversos letrados do período e em artigos publicados nos periódicos da época, tais como *Gazeta de notícias*, *Jornal do commercio* e *O globo*. Com ideias divergentes de seus coetâneos, afirmava o papel preponderante dos indígenas para a formação nacional e, ainda, uma certeza quanto a como a história do Brasil deveria ser escrita. Reconhecido pelos seus contemporâneos, Capistrano esboçava “a sua própria concepção de história”.<sup>4</sup>

Fazendo referência aos atributos culturais de Capistrano, Alba Nascimento afirma que o intelecto de Capistrano de Abreu é indefinível, pois, seus pensamentos não estariam delimitados por suas leituras científicas – *Taine*, *Comte*, *Spencer* –, e nem sequer pela influência do pensamento alemão, pois “Capistrano não foi discípulo submisso”<sup>5</sup>.

[...] Ele seria o autor de uma vasta síntese das disciplinas e doutrinas filosóficas, e que tiveram como objetivo uma unidade, o historiador e a conformação do conhecimento necessário ao seu ofício. Assim, o saber polígrafo de Capistrano de Abreu era tido como fundamental para o reconhecimento da história, pois como afirma a biógrafa, toda a sua prodigiosa ciência é finalizada à unidade extraordinária dos seus propósitos de historiador.<sup>6</sup>

Capistrano de Abreu acreditava que a evolução da historiografia brasileira estaria relacionada a um empreendimento de rastreamento, coleta e crítica do maior número de documentos relativos ao período colonial brasileiro, a qual eliminaria as lacunas referentes à história brasileira existentes na produção historiográfica da época.

O legado de Capistrano à historiografia brasileira é composto de inúmeras obras e prefácios. Entretanto, ficou imortalizado com a obra *Capítulos de História Colonial*, tida como uma obra de síntese de todo o período colonial brasileiro, um estilo de escrita inédito até então, já que os intelectuais daquele período tinham preferência por narrativas longas em vários volumes. Capistrano, assim, inova, seja na escrita de forma sintética, mas também moderna e filosófica, identificada como voltada ao nacional.

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 28. MENONCELLO, Aline Michelini. O desafio historiográfico: o estudo da operação historiográfica de Capistrano de Abreu. *Revista História e Historiografia*. Ouro Preto. n. 17, abril/2015, p. 275-279.

<sup>5</sup> NASCIMENTO, Alba Cañizares. *Capistrano de Abreu. O Homem e a obra*. Rio de Janeiro: Editora Briguiet & Cia, 1931, p. 16.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. *Capistrano de Abreu. O Homem e a obra*. p. 17.

## O Tribunal da Santa Inquisição de Portugal, a Visitação à Bahia pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça e o Livro das Confissões



**Fig.1:** Brasão do Santo Ofício da Inquisição de Portugal<sup>7</sup>

O Tribunal do Santo Ofício em Portugal foi instituído no ano de 1536, com a bula *Cum Ad Nihil Magis* expedida pelo papa Paulo III, só passando a funcionar definitivamente 11 anos depois, em 1547, através da bula *Mediatio Cordis*, com o intuito de zelar pela pureza da fé católica. A partir deste momento, é iniciada a perseguição daqueles que de alguma forma cometeram, pronunciaram ou defenderam heresias, na qual os cristãos-novos seriam suas principais vítimas. Em um segundo momento, os sodomitas, bigamos, blasfemos, luteranos e feiticeiros (em menor número), se tornaram alvos constantes por parte do Tribunal.

Neste âmbito, a Inquisição ibérica atuava, ultrapassando os limites de um tribunal de fé, tornando-se um importante instrumento de repressão aos costumes do povo judeu que, convertido por meio da força, em Castela no ano de 1492 e em Portugal entre os anos de 1496 e 1497, não foi totalmente integrado à população cristã do Reino. Alguns elementos recalcitrantes a esta conversão forçada ainda continuavam na prática de sua religião ancestral às escondidas, outros mesclavam rituais judaicos e católicos. Esta prática da religião judaica pelos cristãos-novos

---

<sup>7</sup> No brasão, o ramo de oliveira representa a “Misericórdia” e a espada a “Justiça”, lema deste Tribunal. MOTT, L. *Bahia: inquisição e sociedade* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 17.

era qualificada como heresia<sup>8</sup> na medida em que, como cristãos, deveriam seguir a ortodoxia cristã – o que levava a justificar a atuação inquisitorial.

Os tribunais inquisitoriais lusitanos tinham jurisdição por terras próximas, de acordo com a sua região geográfica. Era em um total de quatro<sup>9</sup>: o primeiro deles, estabelecido em 1539, em Lisboa, ficou responsável por manter a ordem nas regiões da Estremadura, parte da Beira, Brasil e todos os domínios e conquistas de Portugal até o Cabo da Boa Esperança. O Tribunal de Évora, o segundo deles, instituído em 1541, jurisdicionou sobre o Alentejo e reino do Algarves, Trás-os-Montes e parte da Beira e incluía ainda quaisquer outras regiões pertencentes aos bispados da cidade. Ao Tribunal de Coimbra foi creditado responsabilidade sobre as regiões de parte de Beira, Entre-Douro e Minho e Trás-os-Montes. No além-mar, foi instituído um Tribunal em Goa, com jurisdição sobre as posses lusitanas, além do Cabo da Boa Esperança, ou seja, nos domínios asiáticos e a costa leste africana.

Mais de cinquenta anos se passaram da instituição do Tribunal da Inquisição em Portugal, quando foram lançadas as visitas nos domínios além-mar, marcando uma nova fase da Inquisição Portuguesa.

Heitor Furtado de Mendonça, nomeado Visitador em 1586, chega ao Brasil no ano de 1591, permanecendo até em 1595, onde desenvolveu seus trabalhos na Bahia (entre os anos de 1591 e 1593) e, posteriormente, em Pernambuco. A visita tinha por objetivo realizar investigações de fé, mas, também, perseguir os judeus convertidos, ou seja, os *cristãos-novos*, que eram acusados

---

<sup>8</sup> Grayce Souza salienta a partir da passagem de Luiz Mott em *Sodomia não é heresia: dissidência moral e contra cultura*, que Heresia, no “sentido eclesiástico entende-se por um erro fundamental em matéria de religião, no qual se persiste com pertinácia. Objetivamente, é uma proposição contra um artigo de fé. Subjetivamente é um erro pertinente de um cristão contra uma verdade de fé divina e católica. O erro se encontra na inteligência e a pertinácia da vontade.” Já Ronaldo Vainfas em *Inquisição como Fábrica de Hereges: os sodomitas foram exceção?* apresenta uma definição histórica de heresia, ensejando que tal conceito dentro do próprio domínio teológico conhece subdivisões e comportou mediações na qual estimulou o exame de seus significados no decorrer do tempo em um dado espaço, conforme a conveniência da ação inquisitorial. Segundo as palavras de Vainfas: “Não por acaso na história das Inquisições, quer as medievais, quer as modernas, foi possível com um forte amparo teológico, conforme a conveniência da instituição inquisitorial e o contexto histórico, priorizar este ou aquele delito, considerá-lo mais ou menos heretical, pois a orientação teológica era suficientemente larga para incluir ou excluir pecados da lista dos erros de fé.” SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da Inquisição Portuguesa na Bahia Colonial. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014, p. 41 (nota de rodapé). VAINFAS, Ronaldo. Inquisição como Fábrica de Hereges: os sodomitas foram exceção? In: FEITLER, Bruno; LAGE, Lana; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *A Inquisição em Xequê: Temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.*

<sup>9</sup> A princípio, foram criados em Portugal seis tribunais. Metade deles – Lamego, Tomar e Porto, entretanto, foram extintos pouco tempo depois da instauração, não deixando muitos registros de suas passagens pela História Portuguesa. BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 23-25.

de darem continuidade as práticas da antiga fé, embora de maneira oculta e adaptada ao limite do possível, o chamado *cripto-judaísmo*.

[...] Iniciado o trabalho na Bahia, o Visitador concedeu trinta dias aos moradores de Salvador e, após, o mesmo tempo para os habitantes do Recôncavo. Neste período, todos que procurassem Heitor Furtado de Mendonça para confessarem suas culpas, tinham a promessa de não terem seus bens confiscados e a misericórdia. As confissões realizadas foram registradas pelo notário Manoel Francisco em um livro, o Livro das Confissões.<sup>10</sup>

A presença do Santo Ofício na Colônia logrou êxito na luxação da sociedade colonial através do receio e medo que a Inquisição representava: medo da fogueira, das humilhações nos autos-da-fé e do confisco de bens. Além disso, era dada a oportunidade de aproximação com Deus, via ação inquisitorial, através das confissões e delações.<sup>11</sup> Tal oportunidade levou inúmeras pessoas à mesa do visitador para confessarem suas culpas e delatarem outros, na tentativa de não levantar suspeitas por parte do Tribunal Inquisitorial. Nas palavras de Ângelo Assis:

[...] O Santo Ofício, com sua política de incentivo às delações de heresias, aliada ao interesse de boa parte da população ávida – ou, ao menos, preocupada – por demonstrar bom comportamento através da colaboração com a Inquisição, acabaria por perverter o convívio social que caracterizou o primeiro século de presença portuguesa na região brasileira...<sup>12</sup>

As confissões feitas à mesa do Visitador, o Licenciado Heitor Furtado de Mendonça foram registrados pelo notário Manoel Francisco, em um livro denominado, o Livro das Confissões.

---

<sup>10</sup> MONTEIRO, Lucas Maximiliano. *O Livro Confissões da Bahia e suas possibilidades de pesquisa: uma análise das narrativas dos cristãos-novos (1591-1592)*. Comunicação apresentada no IX Encontro Estadual de História “Vestígios do Passado: a História e suas Fontes” da ANPUH – Seção Rio Grande do Sul.

<sup>11</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989, p. 225.

<sup>12</sup> MONTEIRO, Lucas Maximiliano. *O Livro Confissões da Bahia e suas possibilidades de pesquisa: uma análise das narrativas dos cristãos-novos (1591-1592)*. In.: Anais do IX Encontro Estadual de História “Vestígios do Passado: a História e suas Fontes” da ANPUH – Seção Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ANPUH/RS, UFRGS, 2008. Disponível em: [http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212335949\\_ARQUIVO\\_OLivrodasConfissoesdaBahiaesuaspossibilidadesdepesquisaumaanalisedasnarrativasdoscristaos-novos\(1591-1592\).pdf](http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212335949_ARQUIVO_OLivrodasConfissoesdaBahiaesuaspossibilidadesdepesquisaumaanalisedasnarrativasdoscristaos-novos(1591-1592).pdf). Acesso em 07/05/2016.





Fig. 2: Páginas iniciais do Manuscrito do Livro das Confissões.<sup>13</sup>

O livro é formado por 120 relatos de pessoas que procuraram o visitador para confessarem suas culpas, tornando assim uma fonte importante para entender a sociedade colonial do final do século XVI, sua mentalidade, medos, anseios, muito bem trabalhados por autores como Ronaldo Vainfas<sup>14</sup> e Laura de Melo e Souza<sup>15</sup>.

Para um pequeno exemplo, um excerto da primeira confissão realizada pelo Padre Frutuoso Álvares, em 29 de julho de 1591:

[...] Aos 29 de julho de 1591, perante o Senhor Visitador, compareceu o Padre Frutuoso Álvares, dizendo que tinha de confessar nesta Mesa, sem ser chamado. E confessando, disse que de quinze anos a esta parte que está nesta Capitania cometeu a torpeza dos tocamentos desonestos com alguns quarenta mancebos, pouco mais ou menos, abraçando, beijando e tendo ajuntamentos por diante e dormindo com alguns pelo vaso traseiro, sendo mais paciente que agente, entre eles com Cristóvão Aguiar, Jerônimo Viegas, Medina da Ilha da Maré etc.<sup>16</sup>

<sup>13</sup> O Manuscrito do Livro das Confissões na Bahia está disponível para consulta na página do Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Fundo do Tribunal do Santo Ofício – Inquisição de Lisboa: <http://digitarq.dgarq.gov.pt>.

<sup>14</sup> VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebelião no Brasil colonial*. São Paulo; Companhia das Letras, 1995, Idem. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

<sup>15</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *Bahia: inquisição e sociedade*, p.23. ABREU, Capistrano de. *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Confissões da Bahia, 1591/1592*. Prefácio de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, F. Briguet, 1935, p. 23 e 24.

**Capistrano de Abreu e *Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil: Confissões da Bahia - 1591-1592.***



**Fig. 3:** Capa do Livro: Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil<sup>17</sup>

O prefácio da *Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil: Confissões da Bahia - 1591-1592*, realizado por Capistrano de Abreu, fez parte de um projeto maior, empreendido por Paulo Prado, que tinha por objetivo publicar duas séries de “obras raras e preciosas” que versassem a respeito à “História da Pátria”.<sup>18</sup> Estava previsto que tais edições fossem formatadas com introduções e notas críticas. No caso em questão, dos nove livros produzidos referentes à primeira visitação, quatro foram encontrados na Torre do Tombo<sup>19</sup> e posteriormente publicados:

<sup>17</sup> Obra disponível online em: <https://archive.org/details/primeiravisita00sociuoft>. Acesso em 07/jul/2015.

<sup>18</sup> Em 1918, Capistrano propôs a Prado editar uma coleção de documentos sob o título *Série Eduardo Prado – para melhor conhecer o Brasil*. Capistrano fez o programa e o orçamento, provocando Paulo: “quem não tem coragem não amarra negro.” Paulo teve coragem e Capistrano passou anos tentando amarrar a publicação, ocupando-se da supervisão do trabalho dos copistas, da revisão (*toilette*) dos originais, da elaboração de notas, da escrita do prólogo, das cobranças à tipografia e da distribuição dos exemplares. GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In. GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.183.

<sup>19</sup> As fontes documentais que são utilizadas em pesquisas sobre a Inquisição Portuguesa atualmente se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTI), Portugal, no qual está depositado o fundo documental relativo ao Tribunal do Santo Officio. Este fundo conserva os documentos referentes aos três tribunais metropolitanos (Lisboa, Coimbra e Évora) e do Conselho Geral do Santo Officio. Por meio da rede mundial de computadores, internet, tais fontes se encontram disponíveis para consulta, sobretudo as do Tribunal de Lisboa, em formato digital em sua página institucional, mesmo que de forma deficiente, pois, de acordo com Bruno Feitler, “a catalogação está por



dois pertinentes às denúncias e confissões da Bahia, que foram organizadas e prefaciadas por Capistrano de Abreu entre os anos de 1922 e 1925, e outros dois que versam também sobre denúncias e confissões, mas, na Capitania de Pernambuco.<sup>20</sup> As denúncias ocorridas nesta última foram publicadas em 1929, com introdução de Rodolfo Garcia, e as confissões na década de 1970, por Gonçalves de Melo.<sup>21</sup>

Capistrano, ao prefaciá-la, fornece ao leitor indicações do valor do texto para várias áreas de estudo. O autor apresenta um quadro geral sobre o Tribunal Inquisitorial na Metrópole e como ele mesmo menciona, das “notícias vagas e incompletas que chegavam ao território brasileiro”. Ao escrever sobre os casos anteriores à visitação, Capistrano conta que na Colônia, os moradores pouco se preocupavam com o Santo Ofício, na qual, um mamaluco, ao ser advertido para que se houvesse cautela, respondeu que acabaria com a Inquisição a “fresas”.<sup>22</sup>

Além disso, foram ressaltados outros eventos, como o do francês herético que foi queimado na Bahia, em 1573, e as manifestações de pessoas influentes naquela época, como o Padre José de Anchieta. Conta também um pouco da História dos próprios códices encontrados na Torre do Tombo, e é responsável pelo lançamento de uma cronologia da visitação do Licenciado Heitor Furtado de Mendonça:

---

vezes mal feita e só é possível visualizar e baixar uma imagem por vez, o que dificulta enormemente a consulta de material mais volumoso, como por exemplo, alguns processos e os cadernos do promotor”. Também neste Fundo encontram-se os documentos relativos aos breves tribunais de Tomar, Lamego e Porto, como também os vestígios documentais do tribunal de Goa, que, com a abolição do referido tribunal, em 1812, grande parte de sua documentação fora destruída. Além disso, pode-se encontrar conjuntos documentais referentes ao funcionamento da Inquisição em outras instituições como a Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca da Ajuda e ainda pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, neste caso fazendo menção ao tribunal goês. De qualquer forma, mesmo com a destruição da documentação referente ao tribunal de Goa, o conjunto documental português acerca da Inquisição é tido como o mais rico e completo das Inquisições da época Moderna, tendo em vista o destino que teve, entre destruições e dispersão, a documentação de boa parte dos tribunais espanhóis e italianos no contexto de suas respectivas abolições. FEITLER, Bruno. *Processos e práticas inquisitoriais: problemas de método e de interpretação*. Revista Fontes, nº1, 2014-2, p.56-65.

<sup>20</sup> Segundo Rebeca Gontijo, o trabalho de edição dos documentos relativos à Inquisição no Brasil levou sete anos para ser concluído, sendo que Capistrano também se ocupou de parte da distribuição, endereçando livros para os museus de La Plata e de Stuttgart, para a Sociedade Etnográfica de Berlim e a Société des Americanistes, de Paris; além de enviar exemplares para permuta à Biblioteca Nacional e outros tantos para a venda nas livrarias J. Leite, Científica, Briguier, etc. GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu, p. 183.

<sup>21</sup> *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Confissões da Bahia, 1591/1592*. Prefácio de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, F. Briguier, 1935; *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Denúncias da Bahia, 1591/1593*. Introdução de Capistrano de Abreu. São Paulo, Paulo Prado, 1925; *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Denúncias de Pernambuco, 1593/1595*. Introdução de Rodolfo Garcia. São Paulo, Paulo Prado, 1929; *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Confissões de Pernambuco*, Org. J. A. Gonçalves de Mello. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Confissões da Bahia, 1591/1592*, p. 2.

[...] 09 de junho de 1591: chegada do visitador ao Brasil; 28 de julho: início da visitação, com publicação solene do Édito de Fé e concessão do período de 30 dias de graça à cidade do Salvador; 11 de janeiro de 1592: concessão do período de 30 dias de graça ao Recôncavo; 02 de setembro de 1593: partida do séquito inquisitorial para Pernambuco; 21 de setembro: chegada ao Recife; 24 de setembro: partida de Recife e chegada à Olinda; 24 de outubro: início da visitação em Pernambuco. Concessão do período de 30 dias de graça às freguesias do Salvador, S. Pedro Mártir, Corpo Santo e Nossa Senhora do Rosário da Várzea do Capibaribe; 08 de fevereiro de 1594: fim da graça concedida às freguesias de S. Cosme e Damião do Guaraçu, S. Lourenço, Santo Antônio do Cabo e S. Miguel de Pojuca; 21 de dezembro: fim da graça concedida à Itamaracá; 24 de janeiro de 1595: fim da graça concedida à freguesia de Nossa Senhora das Neves da Paraíba; 01 de fevereiro: chegada do visitador à Olinda em retorno da Paraíba.<sup>23</sup>

Em um segundo momento, Capistrano traça todo um histórico da visitação à Bahia, trazendo a luz informações sobre os regimentos da Inquisição, da estrutura da comissão inquisitorial, as torturas e os autos-da-fé. Um ponto curioso é a ênfase que ele concede a um conjunto de confissões que tratam de desvios sexuais contra a natureza, em que Capistrano alude que “o assunto melindroso exige habilidade singular em quem o aborda” e que “Depois deste aviso pode cada um evital-as ou procural-as a seu talante”<sup>24</sup>. Discorre também sobre casos de feitiçaria, como também o caso mais famoso da visitação: o caso da família Antunes, já abordado em diversas pesquisas, com destaque a obra de Ângelo Adriano Faria de Assis<sup>25</sup>, que remonta tal evento. Capistrano, neste ponto, faz uso do documento para apresentar dados acerca da sociedade baiana de fins do século XVI, realizando uma breve descrição da administração local e do próprio ambiente citadino. Para fechar o prefácio, o autor discorre acerca da geografia do local, apontando as peculiaridades do ambiente baiano, com grande destaque aos sertões.

[...] As introduções serviam, portanto, para indicar a importância do texto que se editava dentro dos estudos sobre o país (e, por conseguinte, para *uma classe específica de leitores* – aqueles que realizavam esses estudos), e também seguiam o propósito de fornecer subsídios para o entendimento do texto, descrevendo a sociedade à época em que foi escrito o texto, fenômenos históricos relevantes para sua compreensão (como a Inquisição, nas *Confissões* e *Denúncias*), e acrescentando a biografia do autor – contendo, ainda, justificativas e explicações editoriais.<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. *O Licenciado Heitor Furtado de Mendonça, inquisidor da primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício ao Brasil*. In. Comunicação apresentada no XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH – Londrina, 2005, p. 5.

<sup>24</sup> *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça. Confissões da Bahia – 1591-1592*. Prefácio de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: F Briguiet, 1935, p.19-20.

<sup>25</sup> ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. *Macabeias da Colônia - Criptojudaísmo feminino na Bahia*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

<sup>26</sup> SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Um “distinto bibliógrafo e bibliófilo”: Capistrano de Abreu editor de documentos históricos. *Revista História*, vol.29, n.1, Franca, 2010, p. 435.

Dessa maneira, ao analisar as introduções, podemos apreender que por meio delas Capistrano de Abreu tinha por objetivo

[...] fornecer os elementos para “conhecimento e inteligência” do texto, como colocou Cândido Mendes, isto é, sua compreensão, inclusive transcrevendo documento que ajudaria a entender os procedimentos da Inquisição; descrevendo o documento que segue publicado; utilizando-o para afirmar aspectos de suas reflexões e investigações históricas particulares; e realizando seu trabalho de editor, de uma forma geral, não só com as partes anteriores, mas também com as explicações e justificativas (bem como reconhecimento de créditos devidos) necessárias à edição que se apresenta.<sup>27</sup>

### **Considerações Finais**

Capistrano de Abreu, neste prefácio, mostrou todo seu conhecimento e fôlego na análise e crítica da documentação de forma a eliminar uma lacuna que até então existia na historiografia brasileira, além de divulgar os documentos de modo a difundir os estudos sobre a História do Brasil. Esta obra abriu caminho para inúmeros outros trabalhos que versam sobre a temática inquisitorial na Colônia, permitindo assim refletir sobre a realidade colonial e suas especificidades. Esta nova forma de ver a História fez de Capistrano um ícone, ficando para a posteridade uma imagem de “mestre” e “pai da história colonial brasileira”.

---

<sup>27</sup> SANTOS. Um “distinto bibliógrafo e bibliófilo”: Capistrano de Abreu editor de documentos históricos, p. 433-434.